

Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do Brasil: Ideologia e política na atuação dos irmãos Coimbra Bueno

Carolina Pescatori*, Ricardo Trevisan*,
Maria Luiza Dias Seixas*, Nina d’Orsi Barreto*,
Ketsia de Sousa Moreira*

Resumo Este artigo traz uma análise abrangente da atuação da Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do Brasil (FCB), instituição fundada pelos irmãos engenheiros Jeronymo e Abelardo Coimbra Bueno, notáveis urbanistas do século XX. A partir de uma revisão dos documentos primários da FCB, presentes no Acervo Abelardo Coimbra Bueno, buscamos oferecer uma interpretação panorâmica das ações da Fundação, problematizando sua concepção ideológica sobre o desenvolvimento e a integração do interior do país, seu apoio à transferência da capital federal, as iniciativas políticas fundamentais para a concretização de Brasília e seus processos de urbanização do território. A análise documental foi complementada com uma breve revisão bibliográfica sobre o pensamento social brasileiro do século XX, o que possibilitou uma interpretação contextualizada dos documentos, além da identificação de continuidades, rupturas e anacronismos político-ideológicos.

Palavras-chave: Fundação Coimbra Bueno, Civilização Sertaneja, Brasília, sertão, desenvolvimento.

Fundación Coimbra Bueno para la Nueva Capital de Brasil: Ideología y política

Resumen Este artículo ofrece un análisis exhaustivo de la labor de la Fundación Coimbra Bueno para la Nueva Capital de Brasil (FCB), institución fundada por los hermanos ingenieros Jeronymo y Abelardo Coimbra Bueno, notables urbanistas del siglo XX. A partir de la revisión de los documentos primarios de la FCB en el acervo Abelardo Coimbra Bueno, se buscó ofrecer una interpretación panorámica de la actuación de la Fundación, problematizando su concepción ideológica del desarrollo e integración del interior del país, su apoyo al traslado de la capital federal, las iniciativas políticas fundamentales para la creación de Brasilia y sus procesos de urbanización del territorio. El análisis documental se complementó con una breve revisión bibliográfica del pensamiento social brasileño del siglo XX, que permitió una interpretación contextualizada de los documentos, así como la identificación de continuidades, rupturas y anacronismos político-ideológicos.

Palabras clave: Fundación Coimbra Bueno, Civilización del Backlands, Brasilia, sertão, desenvolvimiento.

Coimbra Bueno Foundation for the New Capital of Brazil: Ideology and Politics

Abstract This article provides a comprehensive analysis of the work of the Coimbra Bueno Foundation for the New Capital of Brazil (FCB), an institution founded by the engineer brothers Jeronymo and Abelardo Coimbra Bueno, notable urban planners of the 20th Century. Based on a review of the FCB’s primary documents, found in the Abelardo Coimbra Bueno Collection, we sought to offer a panoramic interpretation of the Foundation’s actions, problematizing its ideological conception of the development and integration of the interior of the country, its support for the transfer of the federal capital, the fundamental political initiatives for the realization of Brasilia and its processes of urbanization of the territory. The documentary analysis was complemented by a short bibliographical review of 20th Century Brazilian social thought, which enabled a contextualized interpretation of the documents, as well as the identification of continuities, ruptures and political-ideological anachronisms.

Keywords: Coimbra Bueno Foundation, Backlands Civilization, Brasília, hinterland, development.

Este trabalho apresenta um panorama da atuação da Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do Brasil (FCB), criada pelos irmãos Jeronymo e Abelardo Coimbra Bueno, importantes urbanistas do século XX. Por meio da empresa urbanizadora Coimbra Bueno Ltda., os irmãos desenvolveram inúmeros planos e projetos urbanísticos, dentre os quais a construção de Goiânia (1933-1939) é o mais conhecido. No entanto, a atuação política dos irmãos recebeu menos atenção da historiografia do urbanismo, configurando uma lacuna que este trabalho procura diminuir. Os Coimbra Bueno tiveram papel fundamental na transferência da capital nacional para Brasília e, fato muito menos conhecido, mantiveram atuação política relevante por meio da FCB, participando do debate nacional sobre o desenvolvimento do país, propondo ideias e abordagens para políticas públicas, que têm raízes profundas no pensamento sociológico da primeira metade do século XX.

A partir de documentos primários da FCB contidos no Acervo Abelardo Coimbra Bueno, apresentamos uma interpretação panorâmica sobre a atuação da fundação, problematizando sua perspectiva ideológica de desenvolvimento e integração do interior do país, seu apoio à transferência da capital e as ações políticas relevantes para efetivar Brasília, incluindo participações efetivas em comissões, apoio no Senado Federal, articulações com associações e atores relevantes e produção de conteúdo de mídia para difusão das ideias mudancistas pelo interior do país. Os documentos incluem manuscritos, discursos, cartas para personalidades e instituições nacionais e internacionais, privadas e públicas, revistas, livretos, folhetos, despachos e fotografias da FCB. Estes foram cotejados com farta bibliografia, especialmente dos campos da História Social, que tratam do pensamento social brasileiro no século XX, permitindo interpretá-los em seu tempo e reconhecer continuidades, rupturas e anacronismos político-ideológicos.

O artigo começa com uma breve apresentação do Acervo Abelardo Coimbra Bueno e da trajetória dos irmãos Coimbra Bueno e da FCB. Posteriormente, passamos para o panorama de atuação da Fundação, dividido em três temas não-estancos e que se atravessam. Primeiro, o conceito de Civilização Sertaneja e o neobandeirismo goiano como condensadores do pensamento e das práticas dos irmãos Coimbra Bueno e, por conseguinte, da FCB. Depois, o papel da FCB na materialização de Brasília, com destaque para a participação de Jeronymo Coimbra Bueno na Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital Federal, conhecida como Comissão Poli Coelho (1946-1948) e na Comissão de Localização da Nova Capital Federal, conhecida como Comissão José Pessoa (1953-1955). Por fim, a FCB nas mídias, especialmente com o jornal semanal SINGRA (Suplemento Intergráfico), de grande circulação nacional. Este panorama, ainda que introdutório e exploratório, permite reposicionar os irmãos Coimbra Bueno na historiografia do urbanismo brasileiro, mostrando outros espaços políticos estratégicos onde atuaram e como participaram de decisões relevantes no período.

* Carolina Pescatori é Arquiteta e Urbanista, Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília - FAU UnB, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-4361-2598>>. Ricardo Trevisan é Arquiteto e Urbanista, Professor da FAU UnB, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-5591-0349>>. Maria Luíza Dias Seixas é Graduanda na FAU UnB, ORCID <<https://orcid.org/0009-0009-8547-4152>>. Nina d'Orsi Barreto é Graduanda na FAU UnB, ORCID <<https://orcid.org/0009-0009-4752-6230>>. Ketsia de Souza Moreira é Graduanda na FAU UnB, ORCID <<https://orcid.org/0009-0005-8535-2930>>.

A Coimbra Bueno e Cia. Ltda. e o Acervo Abelardo Coimbra Bueno

Este trabalho baseia-se no acervo da empresa urbanizadora Coimbra Bueno e Cia. Ltda., doado pela família de Abelardo Coimbra Bueno em 2020 à FAU UnB, e que guarda material inédito de grande valor para a história do planejamento no Brasil. O acervo contém diversos tipos de documentos, incluindo mapas, plantas, fotos, fotos aéreas, levantamentos aerofotogramétricos de áreas de projeto, planos urbanísticos, atas de reuniões, correspondências, relatórios, transcrições de palestras, cópias de processos judiciais, livros, apostilas, jornais, fichas de funcionários, registros de patentes, entre outros. Todo esse material estava precariamente armazenado em um apartamento da família Coimbra Bueno na cidade do Rio de Janeiro, acondicionado em cerca de 200 caixas de arquivo, em razoável estado de conservação, mas sem uma organização previamente definida, com exceção do material da FCB.

Depois de um longo e cuidadoso processo de triagem inicial e organização preliminar (com catalogação simples), como ilustra a Figura 1, o acervo foi arranjado em temáticas que correspondem aos principais campos de atuação da Coimbra Bueno: escritório, material pessoal, Goiânia, cidades no Brasil, Fundação Coimbra Bueno, fazendas, projetos de habitação social, Prainha e AgroBrasil Industrial (incorporadoras do ramo agroindustrial). O material já foi completamente armazenado, tendo recebido uma sala específica. Ainda que o trabalho realizado até o momento tenha servido prioritariamente para organizar os documentos, a equipe de pesquisa ganhou bastante familiaridade com seus conteúdos e materiais, o que facilitou o desenvolvimento deste trabalho.

Figura 1: Equipe trabalhando na triagem dos documentos. Fonte: Ricardo Trevisan, 2021.



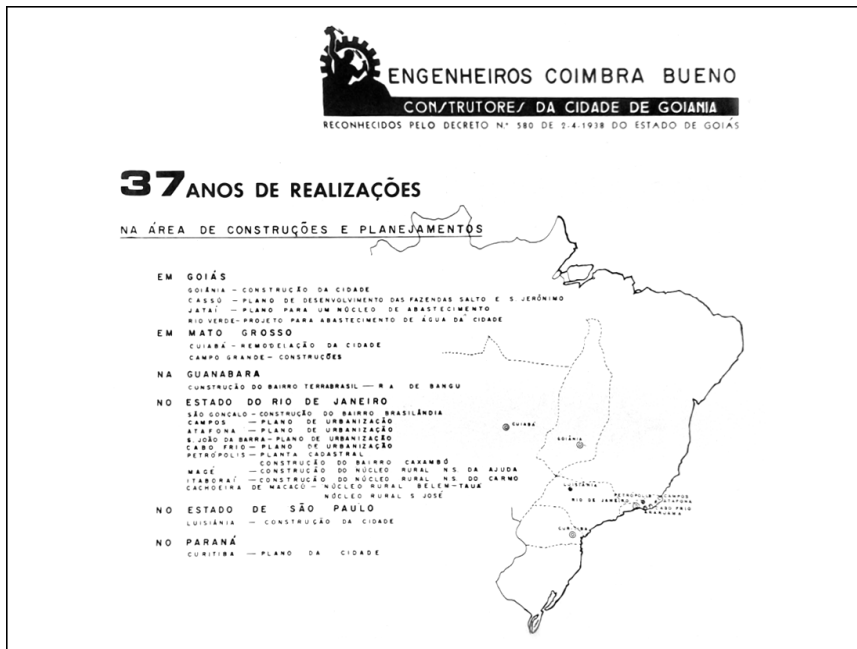


Figura 2: Logo da Coimbra Bueno e Cia. Ltda. – a construtora de Goiânia. Fonte: Acervo Abelardo Coimbra Bueno.

Figura 3: Imagem do portfólio da Coimbra Bueno Ltda. Fonte: Acervo Abelardo Coimbra Bueno.

Os irmãos engenheiros Jeronymo Coimbra Bueno (1909-1996) e Abelardo Coimbra Bueno (1911-2003) formaram a empresa urbanizadora Coimbra Bueno e Cia. Ltda. logo após a diplomação de ambos na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1933 (Figura 2). Eram sobrinhos do interventor Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979), responsável pela mudança da capital de Goiás para Goiânia, e foram convidados por ele para construir vários edifícios públicos da nova capital estadual em 1934: a sede dos Correios, o Palácio do Estado, o Grande Hotel, a Secretaria Geral e dez casas funcionais (DINIZ, 2007). No mesmo ano, assumiram o projeto da nova capital, sendo encarregados tanto da construção do núcleo urbano original como também de novos bairros externos a ele. Descontente com os propósitos especulativos e por divergências pessoais, o autor do projeto urbanístico Attilio Corrêa Lima (1901-1943) retirou-se do processo em 1935, abrindo espaço para o engenheiro Armando Augusto de Godoy (1876-1944) – indicação direta de Jerônimo Coimbra Bueno – para revisão e continuidade do projeto.

Goiânia foi o empreendimento de maior reconhecimento da empresa. No entanto, segundo poucas informações disponibilizadas pela literatura especializada, sabe-se que a atuação da empresa foi mais ampla e diversificada, incluindo a execução de planos e projetos para outros assentamentos urbanos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná, Bahia e Mato Grosso, identificando oportunidades, adquirindo terrenos e viabilizando projetos de expansão urbana por novos loteamentos e de novas cidades, em direta associação com políticas de Estado (federal e estadual). O material do acervo reafirma a abrangência nacional da empresa, como apresenta, por exemplo, o mapa dos trabalhos da empresa de 1937 (Figura 3), que abre espaços para novas pesquisas.

Além da construção de Goiânia e do planejamento e execução de outros planos urbanos, a Coimbra Bueno também desenvolveu grandes ações de incentivo à transferência da capital federal para o interior do país nas décadas de 1940 e 1950 (MANSO, 2001; TAVARES, 2004). Para consolidar suas ações mudancistas, criaram a “Fundação Coimbra Bueno Pela Nova Capital do Brasil” em 1939, por meio da qual desenvolveram diversas atividades políticas e de propaganda em prol da transferência. Esta Fundação e suas ações são o objeto deste trabalho.

Apesar de todas essas informações sobre a Coimbra Bueno, a historiografia do urbanismo no Brasil ainda carece de pesquisas com maior aprofundamento e detalhamento sobre a atuação da empresa e seus desdobramentos, o que apenas o acesso a fontes documentais mais robustas pode permitir. Daí a extrema relevância do acervo em questão e das pesquisas a partir de seu conteúdo.

A Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do Brasil

A Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do Brasil (posteriormente chamada apenas de Fundação Coimbra Bueno) foi criada em 1939 e atuou até a década de 1990¹, tendo perdurado no tempo desenvolvendo uma gama diversa de ações políticas, educacionais, sociais e institucionais de escopo e alcances bastante amplos. A fundação era financiada por toda a família Coimbra Bueno, sendo Abelardo o presidente, enquanto o prestígio político de Jeronymo como governador de Goiás (1947-1950) e senador (1955-1963) garantiu acesso a personalidades e instituições de interesse para as pautas da fundação. As irmãs Elisa Coimbra Bueno Lynch e Lysia Coimbra Bueno Pereira também eram responsáveis pela Organização das Voluntárias de Goiás, entidade não-governamental de assistência social fundada em 30 de outubro de 1947 por Ambrosina Coimbra Bueno, esposa de Jeronymo Coimbra Bueno.

Inicialmente, como denota o nome da fundação, ela operou como uma organização política de apoio explícito dos Coimbra Bueno à transferência da capital nacional para o Planalto Central. Depois que Brasília se consolidou como a nova capital federal, a FCB passou a atuar em outras atividades políticas e culturais, sempre dentro de uma linha de pensamento desenvolvimentista. Essa mentalidade se consolidou na ideia de Civilização Sertaneja, um arcabouço sociopolítico para as ações da FCB que reverberava a possibilidade e a necessidade de constituição de uma “nova sociedade” para o país, ideologia dominante na primeira metade do século XX (ZARUR, 2003). No período pós-Brasília, a FCB teve como principal função difundir esta ideia enquanto embasamento para políticas públicas, ações governamentais, institucionais e movimentos sociais.

Em documento encontrado no acervo, está a justificativa da Câmara dos Deputados para o Decreto nº. 49.873, de 11 de janeiro de 1961, que declarou a Utilidade Pública da FCB, trazendo o reconhecimento por parte do Presidente Juscelino Kubitschek aos irmãos Coimbra Bueno na fundação de Brasília (Figura 4). Essa justificativa apresenta um resumo das atividades desenvolvidas pela FCB em apoio à transferência da capital:

A luta pela Mudança se iniciou nos idos de 1939, com a fundação do jornal “Rumo ao Oeste”, que veio divulgar as imensas possibilidades do Brasil Central e a necessidade de ocupação o território legado pelos bandeirantes; ampliou-se com a instalação da “Rádio Brasil Central”, cujo poderoso equipamento em ondas curtas, médias

¹A partir de análise dos documentos da FCB disponíveis no Acervo Abelardo Coimbra Bueno, identificamos que o documento mais recente é de 1993.

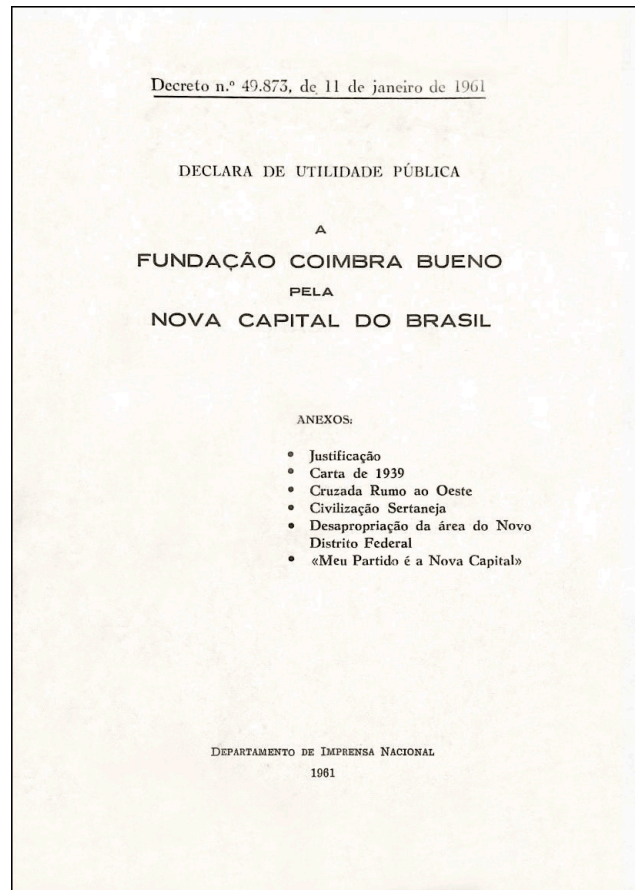


Figura 4: Decreto n.º 49.873, 11 de janeiro de 1961. Fonte: Acervo Abelardo Coimbra Bueno.

e tropicais, indispensáveis à pregação mudancista em todo o território nacional, foi muito além do que comportava Goiânia; ao mesmo tempo penetrou por toda parte, por meio do “Jornal de Brasília”, que circulava como integrante do seminário “Singular”, distribuído por todos os Estados do Brasil com uma tiragem de várias centenas de milhares de exemplares. Mais recentemente, já vitoriosa a ideia da interiorização da capital, a cruzada não se deteve, e lançou, em manifesto, as bases do prosseguimento da obra, com a campanha da Civilização Sertaneja, destinada a completar os objetivos de Brasília, e integrada depois por proeminentes entidades culturais do país ao ser constituída a “1ª Comissão de Estudos da Civilização Sertaneja”. [...] No Governo do Marechal Eurico Dutra [1946-1951], convocados para opinar sobre a mudança em caráter provisório para Belo Horizonte, Uberaba ou Goiânia, a ela se opuseram intransigentemente, não só por não terem sido planejadas com esse objetivo, como por outras convicções de ordem técnica. Entretanto, possuíam extensas áreas e propriedades em Goiânia e no Triângulo que lhes dariam uma fortuna incalculável, embora comprometendo a causa mudancista. Passaram a se dedicar como voluntários, sem qualquer remuneração, à organização da “Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil”, a segunda que então se formava, pois a anterior havia sido constituída em 1892, sob a denominação de “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil”. (BRASIL, 1961)

De fato, a trajetória profissional dos Coimbra Bueno está atrelada à história de Brasília. Porém, a historiografia da fundação da Nova Capital não se debruçou mais detidamente sobre o envolvimento dos irmãos Coimbra Bueno e sua fundação na transferência

da capital e na sua consolidação. Este artigo pretende apresentar alguns dos eixos de atuação da FCB neste processo e nas décadas posteriores à consolidação de Brasília.

Pensamento social e os Coimbra Bueno: litoral versus sertão e a construção de uma nação

O pensamento sociológico da primeira metade do século XX tem o dualismo entre o litoral e o sertão como uma de suas principais chaves interpretativas. Para Nísia Trindade Lima (2013, p. 50), o homem do interior - e a própria ideia instável e movediça de *sertão* - "foi um dos objetos privilegiados nos textos de cunho sociológico produzidos na segunda metade do século XIX, nas três primeiras décadas do século XX e na fase de institucionalização universitária das ciências sociais (1933 a 1964)". Este homem do interior, seja o sertanejo, o caipira ou outra figura representativa, fez parte de forma incontornável do debate intelectual e político sobre a construção da nacionalidade do Brasil, onde a dualidade litoral x sertão representava visões de mundo, de progresso, de futuro, mas também "imagens espaciais e simbólicas que guardam estreita relação com esta ideia de dois tipos de ordem social" (LIMA, 2013, p. 19). O litoral, majoritariamente reconhecido como o *locus* da modernidade, espaço do colonizador "civilizado". O sertão como espaço conservador, lento, retrógrado, "avesso do moderno" (LIMA, 2013, p.13).

Assim, as diferentes tentativas de interpretação do Brasil daquele período implicavam na configuração de correntes de pensamento e ideologias de construção de nação bastante divergentes (LIMA, 2013, p.50). Uma dessas correntes compreendia o litoral como espaço sociopolítico de um país moderno e progressista, ao passo que interpretava o sertão como o "avesso desse moderno", um lugar refratário às mudanças e afeito às tradições. Outra corrente de pensamento interpretava o sertão e o interior como as imagens do verdadeiro Brasil, como um espaço de autenticidade e de qualidades que contrastavam "com o parasitismo e a superficialidade do litoral".

As perspectivas que valorizam positivamente ou abordam de forma ambivalente aquele que é visto comumente como o polo do atraso e da resistência ao progresso vêem o sertão como a possibilidade do desenvolvimento de uma autêntica consciência nacional (LIMA, 2013, p. 109).

Foi esta perspectiva que alimentou o movimento político de expansão ocupacional do interior conhecido como "Marcha para o Oeste", instituído pelo Presidente Getúlio Vargas (1882-1954) em 1938, período do Estado Novo. Tinha dentre seus objetivos atuar em frentes estratégicas, quais sejam: incentivar o progresso e a ocupação da hinterlândia, tendo como plano de ação o recrutamento de "trabalhadores nacionais" para migrarem na conquista territorial e econômica das "regiões retardadas" do país (VARGAS, 1938, p.166), onde haveria incentivo a ações voltadas à exploração de recursos naturais e ao aproveitamento das potencialidades econômicas regionais.

Tendo começado nas primeiras décadas do século XX, ainda sob a égide da economia cafeeira, com efeitos urbanizadores nos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás, a partir de sua institucionalização em 1938, a "Marcha para o Oeste" ganhou uma guinada geoespacial, rumo ao centro-norte do país. Esse programa nacionalista resultou na criação de diversas instituições e normativas, como a Divisão de

Terras e Colonização (DTC), em 1940, o Decreto-Lei de criação das Colônias Agrícolas Nacionais, em 1941, a Fundação Brasil Central (FBC) e a Expedição Roncador-Xingu, ambas em 1943, além do alistamento dos Soldados da Borracha para a exploração dos seringais na Amazônia (1943-1945), e diversos projetos de infraestrutura, como rodovias e ferrovias, que repercutirão efetivamente no período seguinte (p.e., a mudança da capital federal para o Planalto Central).

O arcabouço intelectual da Marcha para o Oeste foi fundamental para sua sustentação política. Os intelectuais do Estado Novo, Oliveira Vianna e Cassiano Ricardo, este último com relações diretas com os Coimbra Bueno, viam o sertão como o *locus* da “verdadeira brasilidade”, capaz de sustentar a conformação de uma “consciência nacional” (GALVÃO, 2011) e o bandeirante como o mito capaz de criar a unidade nacional (COELHO, 2021). Como afirma Zarur, a ideia de que seria possível construir uma civilização nova e boa foi efetivamente proposta pelo pensamento social do período:

(...) a construção de uma civilização redentora é a proposta distintiva do pensamento social brasileiro e o principal marco da identidade nacional. A pedra de toque do pensamento brasileiro é a ideia da inevitável chegada de uma civilização nova, mestiça e original. (ZARUR, 2003)

Para Cassiano Ricardo, o sertão era o espaço social impreciso geograficamente, que continha a possibilidade de criar uma civilização nova, mestiça e democrática, ainda que conservadora (MAIA, 2012).

Alguns intelectuais da época em que a proposta da Marcha entrou em cena como política de Estado, buscaram elaborar um conceito sobre qual o modelo de civilização ideal para o Brasil. Havia um esforço direcionado à consolidação do Estado e do seu papel pedagógico na construção de nacionalidade. O tema da unidade territorial brasileira foi revisitado pela elite ilustrada, marcando a tensão entre a existência de uma civilização supostamente artificial, presente no litoral, e outra, autêntica, ainda por se desenvolver, para dentro do território brasileiro (GALVÃO, 2011, p. 6).

A ideologia elitista e racista da ‘civilização brasileira original’ centrava-se na “superção das barreiras de raça, classe e credo, onde a ideia (...) de um ser social brasileiro inteiramente novo e bom é partilhada por intelectuais e pelo povo da terra” (ZARUR, 2003, p.2). Essa construção é parte indelével da construção do racismo estrutural da sociedade brasileira e, apesar de sua violência multidimensional, teve grande aderência e influência no período e, sem dúvida, no pensamento dos Coimbra Bueno e na atuação da FCB, como veremos à frente.²

Segundo João Marcelo Maia (2012), em minuciosa pesquisa sobre a Fundação Brasil Central e ação do Estado na ocupação e dominação desse território, o trabalho simbólico de construção de um repertório cultural sobre o Brasil Central apresenta três características principais: “indefinição sobre os limites territoriais do Brasil Central e a definição desse espaço como sendo marcado pela instabilidade de suas gentes (indígenas, caboclos e sertanejos) e pela vida social amorfa; a construção de um olhar geopolítico e colonial [a ser ocupado e incorporado às dinâmicas capitalistas]; a persistência de uma narrativa romântica e aventureira nos escritos dos homens que descreviam a região”, esta última, sem dúvida, de forte cunho neobandeirista.

²As críticas a esta ideologia da mestiçagem como a mais perversa e longeva tecnologia social e política de branqueamento do Brasil são diversas, profundas e muito consistentes (Bento, 2022; Berth, 2023; Gonzalez, 2020; Schwarcz, Starling, 2015).

Estas três características não aparecem de forma isolada no discurso do Estado e de intelectuais do período, mas atravessam umas às outras, formando uma teia de ideias centrais que conseguiu enorme difusão no imaginário coletivo, perdurando na formação do pensamento social por muitas décadas.

As interpretações sociológicas dualistas foram questionadas e problematizadas ao longo do século XX. Porém, não resta dúvida que foram prevalentes na primeira metade do século XX. É dentro desse cenário que podemos compreender a atuação e o pensamento que orientava as ações dos irmãos Coimbra Bueno e da Fundação Coimbra Bueno, particularmente no desenvolvimento da ideia de Civilização Sertaneja. É exatamente este período, desde as três primeiras décadas do século XX até meados da década de 1960, que abrange o tempo de formação dos Coimbra Bueno e os anos das suas atuações profissionais e políticas mais relevantes e profícuas, incluindo a construção de Goiânia, seus principais projetos urbanísticos, sua forte ação de apoio à mudança da capital para o Planalto Central e à consolidação de Brasília, e, por fim, a consolidação da Civilização Sertaneja como projeto de nação para o Brasil.

A FCB e a Civilização Sertaneja

O FCB abriga uma série de documentos sobre a proposta da Civilização Sertaneja, que, ao longo do tempo, especialmente a partir da década de 1980, passou a figurar nos documentos da FCB como Civilização Brasileira. A difusão nacional e internacional dessa ideia-síntese da ação e do pensamento dos irmãos Coimbra Bueno se transformou em uma das principais atividades da FCB até o seu fechamento. A fundação elaborou programas, planos, cartilhas e manifestos; organizou eventos, reuniões e comissões de vários tipos e escalas; e procurou difundir essas ideias e angariar apoio por meio de cartas a diversas instituições e personalidades políticas e intelectuais do Brasil e do exterior, apresentando os principais aspectos dessa proposta, esperando incorporá-los às políticas públicas e institucionais.

Para esta análise, selecionamos documentos representativos de três grandes períodos do desenvolvimento da ideia de Civilização Sertaneja. Primeiro, o período de criação e aplicação inicial, incluindo a criação da associação civil Cruzada Rumo ao Oeste e o reconhecimento da utilidade pública da FCB (1939 a 1963). No segundo período (1963 a 1973), ocorre a complexificação dessa noção inicial, transformada em Civilização Brasileira durante o período da ditadura militar. No terceiro período (1983 a 1993), reconhecemos o crepúsculo da ideia e da própria fundação, já irrelevante politicamente, com a proposta para o Sistema de Desenvolvimento para o Brasil.

No princípio, a atuação da FCB voltou-se para uma articulação com a Marcha para o Oeste. A primeira ação efetiva da fundação se deu em 1939, seis anos depois da inauguração de Goiânia, com uma Carta a Getúlio Vargas celebrando Goiânia como marco e prova da possibilidade de ocupação do Brasil Central e já indicando que esse seria o território ideal para a Nova Capital Federal. Apesar deste marco, foi no ano de 1941, a partir do manifesto intitulado Cruzada rumo ao Oeste, que os irmãos marcaram sua entrada articulada e institucionalizada na discussão sobre a ocupação do Brasil Central e sobre a transferência da capital. O manifesto tinha cunho nacionalista e ufanista, exaltando o Brasil e suas potencialidades, particularmente aquelas escondidas no interior que, para eles, era vazio, desocupado, mas abrigava “o verdadeiro Brasil, o Brasil sertanejo”.

Também encontramos no acervo o Estatuto que criava a sociedade civil sem fins lucrativos Cruzada Rumo ao Oeste (CRO). Apesar desta data o documento explicita que a fundação dessa sociedade se deu em oito de agosto de 1940 em Goiânia. Tinha como finalidade aproximar as “zonas coloniais dos centros metropolitanos do Brasil”, integrando-as ao “concerto da vida nacional de modo a se tornarem o meio onde poderão se desenvolver mais profundamente as raízes da nossa civilização”. Cita a epopeia dos Bandeirantes como referência e o neobandeirismo como o despertar do entusiasmo da nação. No seu artigo 3º o estatuto apresenta as esferas multidimensionais de atuação da referida CRO. Nos setores econômico e comercial, a Cruzada tinha como objetivos facilitar a criação de sociedades, negócios, indústrias e cooperativas no Oeste; estudar os problemas que dificultavam a ação da sociedade neste território e promover Bandeiras comerciais, expedições que deveriam “conectar elementos proeminentes do comércio no Oeste e comissões estrangeiras em visita ao Brasil”. No setor social, a associação tinha o papel de “inserir nas esferas da alta sociedade a ideia da marcha para Oeste”; celebrar a Semana do Oeste e o Dia do Bandeirante; fixar na consciência popular a ideia do Oeste como fundamento da Nação; desfazer o temor da população do litoral sobre o sertão; criar centros de informações sobre viagens, situação econômica, condições de trabalho, dados estatísticos, relatórios, monografias e outros estudos sobre o Oeste, incrementando o turismo e o conhecimento sobre o território. Por fim, no setor cultural e educativo, objetivava desenvolver interesse pelo Oeste nos meios artísticos do país; organizar exposições de arte em torno desse tema; promover “Bandeiras artísticas” novamente com a ideia de discussões de difusão de arte e artistas nesse território; convidar escritores e sociólogos estrangeiros e nacionais para conhecerem o “Oeste”; incentivar o uso do cinema e de documentários sobre aspectos do Oeste; propagar nas escolas, universidades e associações o conceito desse território como “elemento fundamental da Pátria”. Mais uma vez, as propostas se davam a partir de expedições temáticas no território, incluindo Bandeiras Juvenis e Bandeiras Culturais.

É importante notar a participação de atores muito relevantes e influentes nessa associação, incluindo Abelardo Coimbra Bueno como o diretor geral, mas também o próprio Cassiano Ricardo, além de Paulo Paulista de Ulhôa e Cintra, do partido Ação Integralista Brasileira e suplente na Assembleia Legislativa de São Paulo na década de 1930; uma única mulher, Branca Ozório de Almeida Fialho, que foi Presidente da Associação Brasileira de Educação e da Federação de Mulheres do Brasil; Coronel Antônio Leôncio Pereira Ferraz, que, além de militar, ocupou vários cargos políticos no Piauí, ligado à UDN; Benjamin da Luz Vieira, presidente da OAB-GO e professor de direito; o renomado geólogo Othon Henry Leonardos; Nero Macedo, senador de Goiás pelo Partido Social Republicano; Jonas Barbosa Martins, médico e político de Minas Gerais e Celso Kelly, advogado e intelectual. Destacamos a presença de integralistas no corpo da associação.

Em 1956, 15 anos depois, o texto do Estatuto da Cruzada Rumo ao Oeste foi reescrito e publicado como o Manifesto para a Organização da Cruzada Rumo ao Oeste. Neste mesmo ano, em 19 de maio, foi publicado outro manifesto, este sem apresentar uma organização institucional, mas muito mais estruturado em termos conceituais e políticos, plenamente articulado com a noção de que a identidade nacional estava no interior do país e, finalmente, nomeando a ideia central da FCB: o Manifesto por uma Civilização Sertaneja. Importante destacar que o concurso para o Plano Piloto de

Brasília teria seu edital publicado apenas em 30 de setembro de 1956. Daí a relevância enorme de todas as movimentações políticas de apoio à efetivação da transferência naquele que foi um ano-chave para a realização de Brasília.

O manifesto, de apenas três páginas, é o primeiro que sistematiza as questões centrais desta pretensa nova civilização e foi organizado em capítulos. O primeiro, intitulado “Espírito”, apresentava uma cronologia da atuação dos irmãos Coimbra Bueno que culminou no movimento da Civilização Sertaneja, destacando desde a carta escrita a Getúlio Vargas em 1939 até a criação da associação Cruzada Rumo para Oeste, mas também sua atuação política na Constituição de 1946. O capítulo “Oportunidade” tratava da questão espacial e da questão temporal para a transferência da capital. Na questão espacial, destacavam as dimensões continentais do Brasil e a necessidade da criação de uma nova civilização que ocupasse esse território, interpretado como pouco povoado, mas ótimo para a vida humana. Já na questão temporal, enfatizavam a importância da mudança social. Entendiam como um dever da nação erguer uma “civilização modelar” e insistiam na experiência de Belo Horizonte e de Goiânia como provas de que o país tinha condições de desenvolver essa civilização. O capítulo “Planejamento” apresentava “o teor experimental e pioneiro da ideia de civilização sertaneja”. Para os irmãos, o Brasil deveria reduzir influências estrangeiras em sua cultura, promover a ampliação do mercado interno e intensificar o turismo no território, articulando a dimensão teórica e conceitual dessa possível Civilização Sertaneja à integração deste território nas dinâmicas capitalistas de produção e consumo. O documento também deixava clara a necessidade de cooperação entre iniciativa privada, governo e oposição, destacando que o projeto deveria se sobrepor aos “choques político-partidários”, pois o interesse nacional na transferência da capital (que não era consensual), deveria se sobrepor às divergências partidárias.

Assim, a Civilização Sertaneja refletiu as interpretações sociológicas sobre o Brasil da primeira metade do século XX. No entanto, nela o sertão não se resumiu ao *lócus* do atraso e da lentidão, oposto do litoral, mas foi apresentado como um espaço sociocultural e econômico desperdiçado, pleno de potenciais que precisavam ser aproveitados e dinamizados; espaço e cultura de onde viria a identidade do país e as condições subjetivas e objetivas de (re)invenção da nação totalmente planejada, organizada.

A publicação do Manifesto é seguida, ainda no ano de 1956, por uma série de outras ações, como a reunião dos membros da Cruzada Rumo ao Oeste, em julho de 1956; a organização da Comissão Preliminar de Estudos da Civilização Sertaneja, em setembro do mesmo ano, contando com uma série de associações do país; e a organização, dentro da Câmara e do Senado, do Grupo de Trabalho pela Nova Capital do Brasil.

Este longo período, entre 1939 e 1963, corresponde aos tempos de maior influência política dos Coimbra Bueno e da FCB, indo desde a construção de Goiânia (inaugurada em 1939), até os mandatos políticos de Jeronymo como governador de Goiás (1947-1950) e senador (1955-1963). Dentro deste período, destacamos duas dimensões de atuação da FCB de enorme relevância: a participação da Jeronymo Coimbra Bueno em duas comissões de estudos sobre a localização da nova capital e a atuação intensa da FCB na mídia, como detalhamos a seguir.

A FCB e Brasília: atuação em comissões oficiais para a localização da Nova Capital Federal

Como discutido no item anterior, a ideia de Civilização Sertaneja como um arcabouço ideológico para se pensar o Brasil e as políticas estatais estruturou todas as ações da FCB e dos irmãos Coimbra Bueno. A atuação política de Jeronymo Coimbra Bueno, primeiro como governador e depois como senador foram completamente permeadas pela visão do sertão como *locus* de uma brasilidade original e verdadeira e que seu “atraso” seria superado a partir da integração deste território físico e cultural nas dinâmicas capitalistas.

Uma das participações políticas mais relevantes de Jeronymo dentro da campanha mudancista foi, sem dúvida, na Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital Federal, conhecida como Comissão Poli Coelho (1946-1948). Posteriormente, apoiou, enquanto senador, os trabalhos da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, conhecida como Comissão José Pessoa (1953-1955). Jeronymo participou ativamente das atividades da Comissão Poli Coelho, mesmo depois de sua eleição como governador de Goiás em 1947. Ele fez parte da Subcomissão de Investigações Urbanísticas junto aos engenheiros Luiz de Anhaia Mello, Antonio Carlos Cardoso, Luiz A. da Silva Vieira e Dr. Geraldo de Paula e Souza. A Comissão Poli Coelho propôs um aumento significativo da área do Quadrilátero Cruls, de 14.400 Km², para 77.000 km², decisão indicada e bastante defendida por Jeronymo nas reuniões da comissão, desde o início dos trabalhos em 1946, como demonstram os registros das atas das reuniões da comissão:

O Eng. Jerônimo Coimbra Bueno propôs uma emenda no sentido de se incluir no item “Regiões Seleccionadas” do Capítulo II, a área total do único grande planalto existente no Brasil Central acima da cota de mil metros e de cujos contornos descem as águas para as bacias do Amazonas, São Francisco e Prata e no qual está situada a região que a Comissão Cruls escolheu e o país aceitou desde 1892, para localização da futura Capital do Brasil.

O Eng. Jerônimo Coimbra Bueno, voltando ao trabalho da Subcomissão, propôs a fusão da sua sugestão com o voto do Professor Odorico de Albuquerque, para constituir além das cinco “regiões seleccionadas”, uma 6.a região que incluisse também a Chapada dos Veadeiros. (BRASIL, 1948. Ata da 9ª sessão da Comissão, 15/04/1947)

Jeronymo teve contribuições importantes nessa alteração, sugerindo que a delimitação da área fosse pautada por limites geográficos, facilitando a demarcação e os processos futuros de implantação da capital. A proposta efetiva de aumento da área foi realizada pelo engenheiro Luiz A. da Silva Vieira. No acervo, encontramos uma série de mapas produzidos em 1958, mas que ilustram as propostas daquele momento (Figura 5).

A maior parte dos mapas trata de apresentar a Região Central e a Chapada dos Veadeiros, destacando suas vantagens seja em relação a questões ambientais, seja em relação à localização, acessibilidade e potencial de integração nacional. Apesar de todo o mapeamento e da persistente discussão sobre outras possibilidades de localização de Brasília para além quadrilátero estabelecido pela Missão Cruls em 1893/1894, a comissão reiterou os estudos iniciais e a ideia de levar a capital para a Chapada dos Veadeiros não vingou.

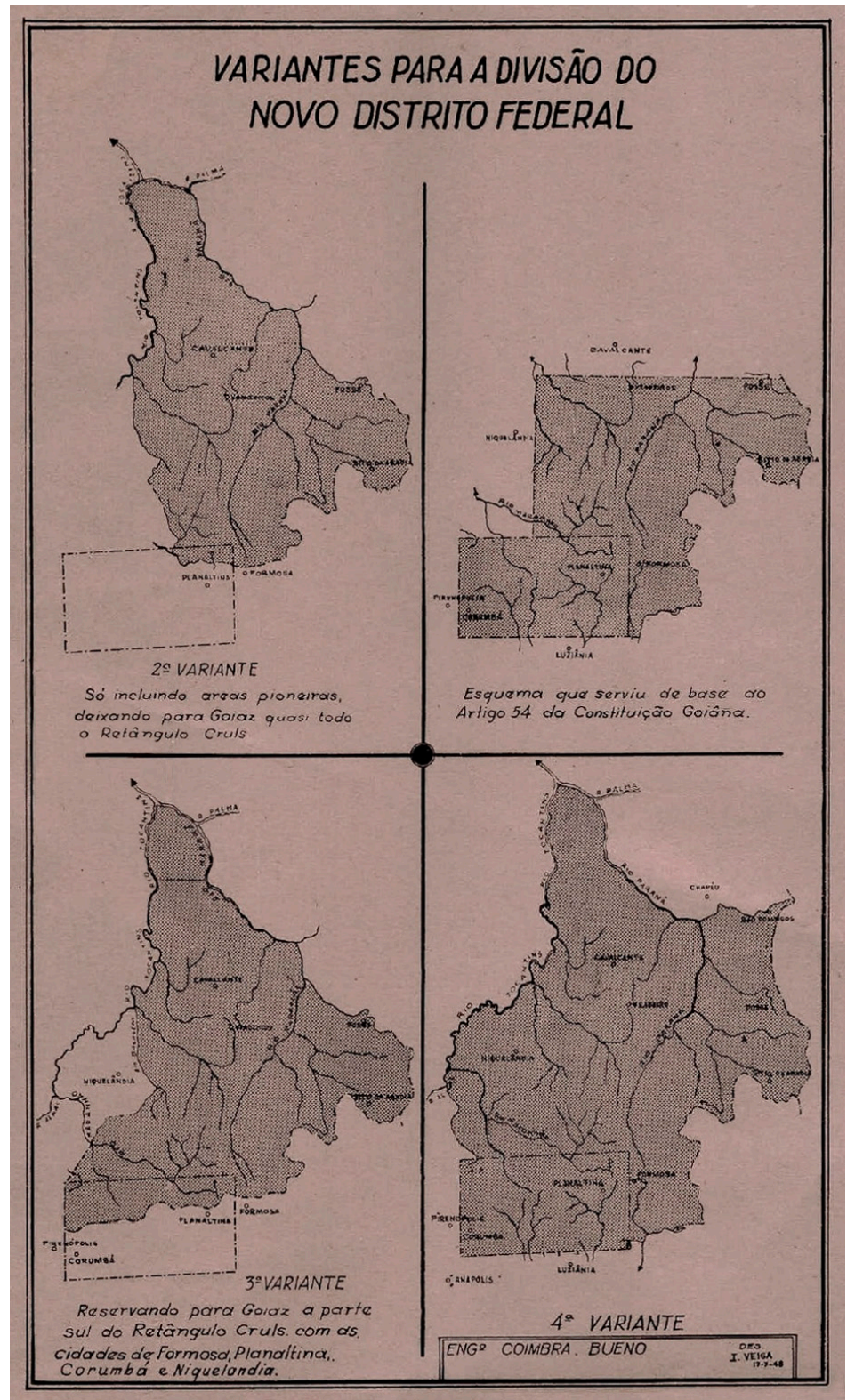
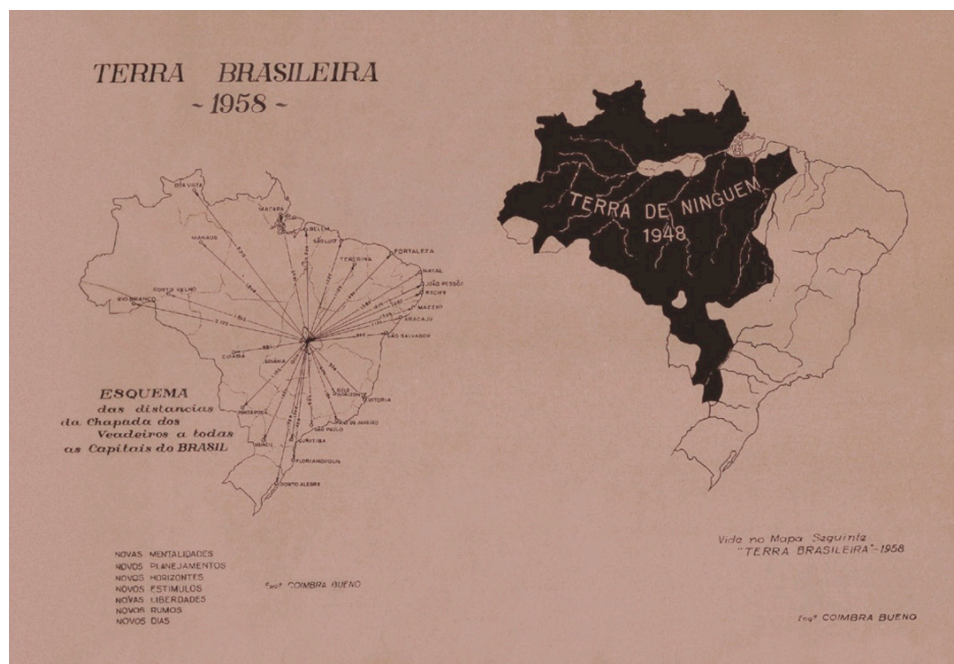
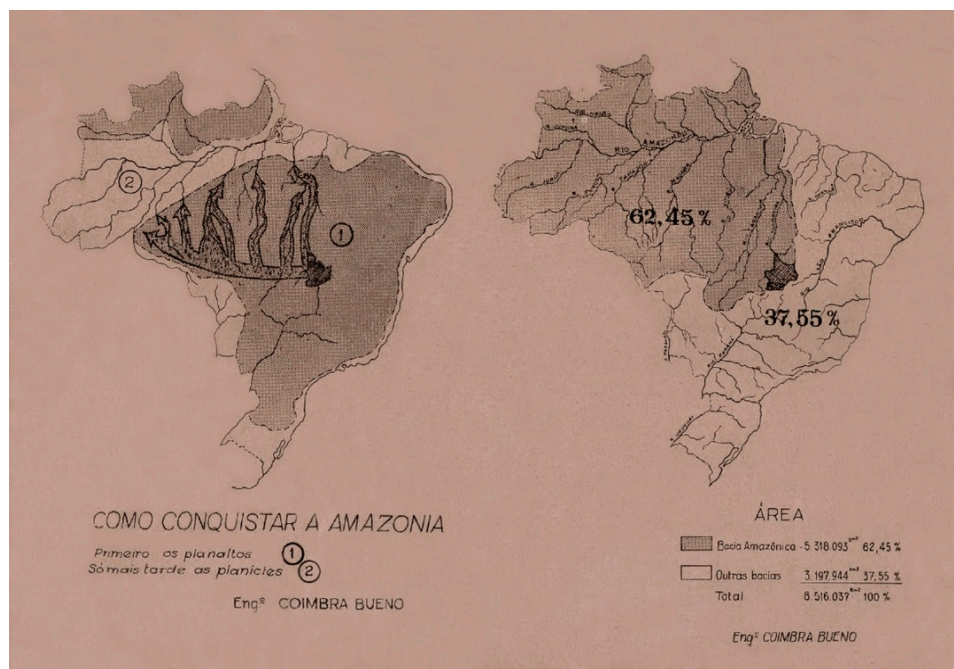


Figura 5: "Variantes para a divisão do novo Distrito Federal", elaborado por Jeronymo Coimbra Bueno, 1958. Fonte: Acervo Abelardo Coimbra Bueno.

Figura 6: Mapa “Como conquistar a Amazônia”, elaborado por Jeronymo Coimbra Bueno, 1958. Fonte: Acervo Abelardo Coimbra Bueno.

Figura 7: Mapa “Terra Brasileira”, elaborado por Jeronymo Coimbra Bueno, 1958. Fonte: Acervo Abelardo Coimbra Bueno.

Apesar disso, chamam a atenção os mapas “Como conquistar a Amazônia” (Figura 6) e “Terra Brasileira” (1958) e “Terra de Ninguém” (1958) (Figura 7). Esses mapas ilustram com clareza avassaladora a visão do sertão e da Amazônia como vazios a serem ocupados, conquistados, colonizados, desconsiderando completamente toda a população indígena e cabocla daqueles territórios e legitimando todas as ações de urbanização, planejamento e ocupação reverberadas pela FCB e por todas as ações estatais advindas da Marcha para O Oeste.



FCB e as mídias: mudancismo e propaganda no e sobre o sertão

³Em GALVÃO, 2011, p.12: “O DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda foi criado por decreto em 1939. Tinha como principais funções centralizar, orientar e coordenar a propaganda nacional interna e externa. O órgão realizava a censura do teatro, cinema, rádio, imprensa e literatura, promovendo e patrocinando manifestações cívicas e exposições para mostrar as realizações do Governo. Seu diretor era o jornalista Lourival Fontes, responsável pela criação de duas revistas: Cultura Política, destinada a um público de intelectuais mais seletos, e Ciência Política, dirigida ao grande público com intenção de promover os ideais do Estado Novo. O DIP incorporou jornais e rádios ao Governo, como a Rádio Nacional (1940), o jornal A Manhã, dirigido por Cassiano Ricardo (1941), e A Noite (1942)”.

Figura 8: Capas da Revista SINGRA. Fonte: Acervo Abelardo Coimbra Bueno.

O material do Acervo Abelardo Coimbra Bueno deixa evidente uma intensa atuação da FCB na imprensa em geral. Primeiro, com propagandas e programas veiculados pela Rádio Brasil Central (criada e administrada pelos Coimbra Bueno em Goiânia em 1945) e com o jornal “Rumo ao Oeste”, realizado pela Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)³. Depois, aprofundando o trabalho na imprensa escrita com propagandas e matérias jornalísticas na Revista SINGRA (Suplemento Intergráfico), uma publicação de editora homônima, coordenada por Cândido Mendes. O suplemento era publicado semanalmente às sextas-feiras, tendo ampla circulação em jornais nacionais, com destaque para o Correio da Manhã (RJ). A convite de Cândido Mendes, os irmãos se tornaram parceiros do semanário, produzindo conteúdo para uma seção específica dentro da SINGRA chamada “Jornal de Brasília”. Dada sua alta difusão, a SINGRA foi utilizada pelos Coimbra Bueno para divulgar as ideias propagadas pela FCB, circulando em vários jornais de cidades goianas: Jornal do Povo e Gazeta Trabalhista (Goiânia), Jornal Imprensa (Anápolis), Folha Populista (Pires do Rio), Jornal Cidade de Goiás (Goiás), Jornal Ipameri (Ipameri) e Jornal do Planalto (Formosa) (Figura 8).

As matérias e textos do “Jornal de Brasília” da Fundação Coimbra Bueno mantiveram os mesmos conteúdos e temáticas ao longo do tempo. Exaltavam o interior do país, as vantagens e oportunidades da urbanização do Brasil Central, o “sucesso” de Belo Horizonte e Goiânia e, depois de consolidada a mudança da capital federal para o Planalto Central, o “sucesso” de Brasília. Para o movimento mudancista, a mídia era parte de uma estratégia fundamental para angariar aliados e influenciar a opinião pública. Conhecedores do poder da mídia, os Coimbra Bueno investiram muito na difusão das ideias mudancistas e do ideário colonizador do interior do país e a Revista SINGRA foi um dos principais veículos.



Na edição nº 121, de 20 de agosto de 1954, a Fundação Coimbra Bueno publicou seu primeiro “Jornal de Brasília”, uma seção dentro da SINGRA, composta por duas páginas onde, em meio a propagandas que abarrotavam quase todas as páginas da revista, anunciava a parceria entre a publicação e a FCB. Também encontramos o texto “Problema tão velho quanto a nação”, de forte cunho mudancista, escrito por Abelardo Coimbra Bueno, apoiando a transferência da capital nacional para o Planalto Central a partir dos casos de sucesso das cidades novas de Belo Horizonte e, claro, Goiânia.

Para além das ações de apoio mudancista, a FCB exerceu diversas outras atividades políticas e culturais, sempre dentro de uma perspectiva ideológica de liberalismo econômico e conservadorismo social aliado à religiosidade católica, tradicionalismo e anticomunismo. No acervo identificamos registros da participação da FCB em congressos e eventos anticomunistas, refletindo a importância da guerra fria ideológica na segunda metade do século XX, particularmente depois do golpe civil-militar de 1964. Importante destacar que os empresários Coimbra Bueno tinham relação com as lideranças do regime militar, o que pode ser constatado em diversas fotos e documentos.

Crepúsculo de uma ideia

O início da ditadura militar com o golpe de 1964 marca uma redução da influência e da atuação política pública dos irmãos Coimbra Bueno e da FCB. Jeronimo se retirou da vida política a partir de 1963. Nas décadas de 1970 e 1980, os irmãos atuaram apenas como empresários, enquanto a urbanizadora Coimbra Bueno Ltda. já não operava. Ainda assim, os documentos do Acervo relacionados à Fundação Coimbra Bueno indicam a persistência de Abelardo em pensar e repensar as possibilidades da Civilização Sertaneja, do potencial do Sertão e dos princípios filosóficos, éticos, políticos e econômicos da ocupação do Brasil Central.

Em 1963, Abelardo publica o manuscrito “Iniciativa da Promoção de uma Ideologia Própria para o Brasil”. Neste documento, Abelardo apresentou um “posicionamento crítico da FCB sobre a ordem e resultado dos eventos até aquele momento”, discutindo como a mudança da capital foi insuficiente para oferecer estabilidade social e dinâmica econômica no centro do país. Para Abelardo, a questão se colocava ao redor das “ideologias doutrinadas de fora para dentro do país”, enquanto propunha a conformação de uma nova ideologia que “transformaria o Brasil-Colônia em Brasil-nação”. Essa pretensa nova ideologia seria construída a partir de algumas premissas: “promover debate das tendências ideológicas do desenvolvimento brasileiro; determinar os conceitos resultantes dessas tendências; formular declaração de princípios estudando implicações internas e internacionais; procurar apoio político para continuidade das práticas do governo; e promover a doutrinação da maioria do povo, garantindo estabilidade social”. Destacava, ainda, a importância da iniciativa privada neste processo de reformas, que deveria conformar um verdadeiro “movimento ideológico” de renovação dos princípios de planejamento e governo do país. Em 1964, Abelardo enviou uma carta ao Presidente Castello Branco apresentando essas questões, não obtendo resposta.

Se já em 1963 eles chegaram à conclusão de que Brasília não foi suficiente para realizar as transformações socioeconômicas por eles imaginadas, também ficou claro que o desafio era muito mais amplo e muito mais profundo. Não queremos dizer com isso que a atuação dos irmãos perdeu pujança econômica; pelo contrário.



Figura 9: Inauguração da fábrica PoliBrasil com a presença do presidente Ernesto Geisel. Fonte: Acervo Abelardo Coimbra Bueno.

Foi nesse período que os irmãos ampliaram suas posses de terras, com enormes fazendas nos estados do Rio de Janeiro e Goiás, além da implantação da primeira indústria brasileira de polipropileno, a PoliBrasil S.A. Indústria e Comércio, localizada no estado do Rio de Janeiro. Abelardo teve uma atuação muito relevante junto a vários outros empresários que se uniram para a realização dessa empreitada. A importância dessa indústria é confirmada pela presença do então presidente Ernesto Geisel na sua inauguração (Figura 9).

Na década de 1970, a FCB elaborou vários planos, projetos políticos e eventos, incluindo proposta para o I Congresso Brasileiro de Integração Social (1965); Programa para o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (1967); Estudo para Escolas Secundárias Nacionais Integradas (1968); Projeto Nacional Pau-Brasil (1973), todos sem desenvolvimento, mas que merecem estudos aprofundados no futuro.

Na década de 1980, a FCB organizou, ao longo do tempo, várias estratégias diferentes, incluindo a Campanha de Desenvolvimento da Civilização Brasileira (1981), documento assinado por várias entidades e personagens relevantes da política brasileira como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e José Sarney; a organização do Plano de Desenvolvimento da Civilização Brasileira (1983), e o Plano de Ação para o Desenvolvimento da Civilização Brasileira (1984).

Como parte do Plano de Ação, a Civilização Sertaneja foi objeto de diálogos e debates com alguns pensadores importantes do período, com destaque para o sociólogo Gilberto Freyre e o educador Pedro Calmon, ambos envolvidos na organização de um livro (não publicado) que iria prosseguir com “a elaboração de enfoques dos diversos setores

da estrutura social brasileira, visando as transformações necessárias à conciliação das tendências cujos entrecosques ora ameaçam a humanidade: transformar sim, mas o quê? E como?" (FUNDAÇÃO COIMBRA BUENO, 1984, s/p).

Também encontramos ações políticas mais institucionalizadas, como a proposta do então senador Jorge Kalume para a criação da Comissão de Desenvolvimento da Civilização Brasileira pelo Senado Federal em 06/09/1985, não efetivada.

Essas ações demonstram a persistência e a insistência dos Coimbra Bueno, particularmente de Abelardo, na propagação da Civilização Sertaneja, uma ideia completamente superada depois da década de 1960, quando a Sociologia e a Geografia complexificaram as interpretações sobre o país e quando o desencanto com Brasília e a violência da ditadura ensejaram outros temas, problemas de pesquisa e abordagens. A crise do planejamento da década de 1980 e toda a literatura crítica dela decorrente também não arrefeceu, nem implicou em revisões profundas na abordagem da FCB. A fundação e seus diretores permaneceram acreditando e procurando reverberar a ideia quase fantasiosa da construção de uma nação planejada a partir do sertão. Não surpreende que as ações da FCB depois de 1963 tenham alcançado pouquíssimo impacto efetivo no planejamento brasileiro.

Conclusões

Considerando as questões já elencadas, a pesquisa busca se afastar de uma heroicização dos Coimbra Bueno, tão comum em processos de consolidação de acervos. Ao invés de reforçar ideias e narrativas que idealizem ou comemorem a atuação da Fundação Coimbra Bueno, o trabalho de interpretação dos documentos do acervo procurou problematizar a atuação da empresa no campo profissional do planejamento, atuação que foi construída a partir de uma leitura violenta do Brasil Central como um espaço não-ocupado, um vazio, que reproduz as narrativas bandeiristas, além de problematizar profundamente o arcabouço político-ideológico difundido pela FCB.

Apesar disso, a pesquisa evidenciou um papel relevante da FCB na defesa da interiorização da capital, atuando como um espaço de articulação política e difusão de ideias desenvolvimentistas e nacionalistas pelo menos até meados do século XX. Para tanto, a Fundação não se restringiu apenas à formulação de políticas estatais, mas utilizou diferentes mídias para difundir sua visão de ocupação e progresso nacional a partir do Brasil Central, incluindo jornais e rádio para alcançar exatamente os 'sertanejos', público interiorizado e afastado das grandes cidades. Sem dúvida, a relevância da FCB foi dependente dos cargos políticos de Jeronymo, e a Fundação perdeu sua influência quando ele se afastou da vida política.

Denota-se uma estanqueidade e um profundo anacronismo no pensamento político dos irmãos Coimbra Bueno, que insistiam em reverberar um ideário ultrapassado de identidade cultural unificada e integradora do país mesmo diante das imensas transformações do período. A FCB manteve um discurso fixo sobre desenvolvimento e identidade nacional, sem incorporar novas abordagens críticas sobre urbanismo e sociedade e sem realizar uma atualização crítica do seu ideário. Esse deslocamento da problematização teórica e política da identidade brasileira fica nítido na documentação da FCB, principalmente nas correspondências enviadas por Abelardo que continuava,

até a década de 1990, tentando mobilizar atores e instituições nacionais e internacionais em torno de seu projeto civilizatório anacrônico, recebendo apenas respostas evasivas, sem nenhuma recepção efetiva.

Por fim, queremos destacar o valor histórico do Acervo Coimbra Bueno, que contém documentos inéditos capazes de contribuir para novas interpretações sobre a urbanização brasileira e a ideia de nação no século XX. Por conseguinte, apresenta-se a urgência da preservação dos acervos de urbanismo no país, incluindo acervos de empresas, empresários e outros agentes que tenham atuado para além da arquitetura, impondo uma responsabilidade coletiva sobre a memória e a própria escrita da história do urbanismo no Brasil.

Referências bibliográficas

COELHO, George Leonardo Seabra. Cotidiano, imprensa e política: a construção simbólica da cidade de Goiânia por intermédio do jornal O Popular. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 23, E202143, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202143>>. Acesso em 16/06/2024.

GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. A Marcha para o Oeste na Experiência da Expedição Roncador-Xingú. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890981_ARQUIVO_MarchaparaoOeste.pdf>. Acesso em 16/06/2024.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2013.

MACIEL, Dulce Portilho. Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548855455_46ebc57fdb12ee2697b1e0609372fcf7.pdf>. Acesso em 17/10/2024.

MAIA, João Marcelo Erleth. *Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central*. Goiânia: Ed. FGV, 2012.

MANSO, Celina. Goiânia. *Uma concepção urbana, moderna e contemporânea - um certo olhar*. Goiânia: Edição do autor, 2001.

TAVARES, Jeferson Cristiano. *Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional*. 2004. Dissertação (Mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

ZARUR, George. *A utopia brasileira: povo e elite*. Brasília: Abapé, 2003.

Recebido [Jul. 28, 2025]

Aprovado [Mar. 9, 2026]